

**7. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS:**

Submete-se à apreciação do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros:

**a- Freguesia de Padim da Graça, no montante de 4.568,60 €, destinado a apoiar a obra da "Calçada Casa dos Carvalhos".**

**b- União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, no montante de 4.006,80 €, destinado a apoiar a obra de "Requalificação do Muro no Cemitério de Lamações".**


**c- União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, no montante de 67.443,22 €, destinado a apoiar a obra do "Arranjo Urbanístico da Poça da BÁCORA - Trandeiras".**

**d- União de Freguesias de Merelim (S. Paio), Panoias e Parada de Tibães, no montante de 13.368,08 €, destinado a apoiar as "Obras de Conservação na Sede da Junta - Parada".**

**e- União de Freguesias de Arentim e Cunha**, no montante de **17.490,00 €**, destinado a apoiar a execução da obra **"Requalificação do Parque de Estacionamento do Parque Desportivo de Cunha"**.

**f- União de Freguesias de Cabreiros e Passos S. Julião**, no montante de **33.088,62 €**, destinado a apoiar a execução da obra **"Construção de Rampa no Cemitério de Cabreiros"**.

**g- Freguesia de Gualtar**, no montante de **12.494,43 €**, destinado a apoiar a execução da obra **"Queda de muro de cemitério"**.

À ns do Excmo.  
1701-26  


## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

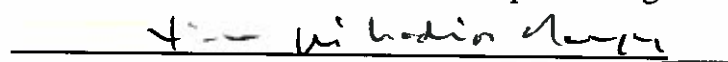
Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Proponho, em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente ao princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal a atribuição de Apoio Financeiro à **Junta da Freguesias de Padim da Graça**, destinado a apoiar a execução da obra do **“Calçada Casa dos Carvalhos”** no valor de **4.568,60€**.

O presente Apoio Financeiro rege-se pelas normas do Anexo I.

Braga, 20 de Janeiro de 2017

O Vice – Presidente da Câmara Municipal de Braga



(Dr. Firmino José Rodrigues Marques)

**ANEXO I – Condições de atribuição de apoio financeiro para a execução da obra  
“Calçada Casa dos Carvalhos – Padim da Graça”**

**1.º**- A obra será executada de acordo com os elementos aprovados pela Câmara Municipal que constam do respetivo processo administrativo.

**2.º** - A entrega das verbas objeto do presente apoio financeiro será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período.

**3.º** - A **Junta da Freguesias da Padim da Graça** obriga-se a executar a obra no prazo de 90 dias.

**4.º** - A **Junta da Freguesias da Padim da Graça** deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão;

**5.ª** - No âmbito do presente Apoio Financeiro, o **MUNICÍPIO** irá:

*a)* Prestar acompanhamento técnico à **Junta da Freguesias da Padim da Graça** *b)* Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;

*d)* Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referentes à execução da obra, objeto da presente proposta de apoio financeiro, que serão remetidos à **Junta da Freguesias da Padim da Graça**

**6.ª** – No âmbito do presente Apoio Financeiro, a **Junta da Freguesias da Padim da Graça** fica obrigada a:

*a)* Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução, em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;

*b)* Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do presente apoio e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.

*c)* Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra, com antecedência mínima de 8 dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.

d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução, de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

**7.º** - Serão elaborados pela **Junta da Freguesias da Padim da Graça** os seguintes relatórios:

a) Relatório *Trimestral* de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;

b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra;

c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

**8.º** - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

**9.º** - A **Junta da Freguesias da Padim da Graça** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar, de forma significativa, o cumprimento do objeto do presente Apoio Financeiro.

**10.º** - O **MUNICÍPIO** pode monitorizar a regular aplicação dos valores objeto do presente Apoio Financeiro pela **Junta da Freguesias da Padim da Graça**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

**11.º**- As determinações do **MUNICÍPIO**, emitidas no âmbito da verificação do cumprimento deste Apoio Financeiro, são imediatamente aplicáveis e vinculam a **Junta da Freguesias da Padim da Graça**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

**12.º** - A **Junta da Freguesias da Padim da Graça** deverá juntar documentos comprovativos da sua situação tributária (emitido pelos Serviços de Finanças) e contributiva (emitida pela Segurança Social) regularizada.

Câmara Municipal de Braga  
**Ficha do Cabimento**

N.Seq.: 10592

**DELIB.: PED/381/2017/2017**

Serviço Requiritante: 12 Div. Apoio Freguesias

Organica: 0102 Câmara Municipal

Económica: 080501020 Obras e melhoramentos nas freguesias

**GOP: 04 OUTRAS FUNÇÕES**

420 TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES

2017/8 Transferências de capital - Freguesias - Apoio Financeiro

**Orçamento de GOP**

Financiamento disponível: 600 000,00

Cabimentado: 511 274,63

**Saldo: 88 725,37**

**Dependente de:**

**Contrato:**

Data	Nº Lanç.	Valores		N. Seq.	Compromisso Documento	Valor	Saldo	Descrição
		Inicial	Correções					

26/01/2017 4817 4 568,60

26/01/2017 4593

10344 CONTR.: PED/381/2017/2017

4 568,60

4 568,60 APOIO FINANCEIRO

0,00 APOIO FINANCEIRO DESTINADO À OBRA DE CALÇADADA CASA DOS CARVALHOS





**BRAGA**  
Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º PED/381/2017

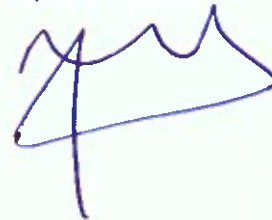
Assunto: Calçada dos Carvalhos

Freguesia: Junta de Freguesia de Padim da Graça

Informação do Adjunto do Sr. Vereador	Despacho do Sr. Vereador
<p>A obra em aprego consubstancia-se no acesso à Casa dos Carvalhos cujo espaço está ao serviço de toda a comunidade local, onde as variadas associações, clubes, comissões de festas, etc. promovem eventos diversificados, destinados à angariação de fundos para as várias festividades, comemorações e outros eventos periódicos e de cariz anual.</p> <p>Assim sendo, julgo que deveria merecer a aprovação e a sua delegação na Junta de Freguesia de Padim da Graça, através da atribuição de um apoio financeiro a submeter à apreciação do executivo e, consequentemente, à aprovação da Assembleia municipal.</p> <p>A consideração superior.</p> <p>17.01.2017</p> <p><i>[Signature]</i></p>	<p>trata-se de uma obra de longo alcance para a comunidade e Instituições de Freguesia de Padim da Graça este acesso por a diferença para a realidade do repêlo pelo que o seu acesso se justifica no plano de um apoio financeiro a atribuir especificidade de Sinal Distrito e Cidades e promoção de respectivos Executivo e JF local.</p> <p>18.01.2017</p>
<p>De remeter à DAF, D. Filomena Vieira, para elaboração da proposta de apoio.</p> <p>20.01.2017</p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>De remeter à DAF para calibrar e submeter à apreciação do executivo municipal.</p> <p>23.01.2017</p> <p><i>[Signature]</i></p>	<p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara</p> <p>A NS do Executivo</p> <p>Not. 26</p> <p><i>[Signature]</i></p>

A -> de Excmo.

1701.31



## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

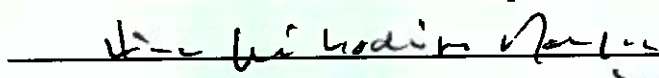
Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Proponho, em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente ao princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal a atribuição de Apoio Financeiro à U.F. de NOGUEIRA, FRAIÃO e LAMAÇÃES, destinado a apoiar a execução da obra do “Requalificação do Muro no Cemitério de Lamações” no valor de 4.006.80€.

O presente Apoio Financeiro rege-se pelas normas do Anexo I.

Braga, 27 de Janeiro de 2017

O Vice – Presidente da Câmara Municipal de Braga



(Dr. Firmino José Rodrigues Marques)

**ANEXO I – Condições de atribuição de apoio financeiro para a execução da obra “Requalificação do Muro no Cemitério de Lamações”**

**1.º** - A obra será executada de acordo com os elementos aprovados pela Câmara Municipal que constam do respetivo processo administrativo.

**2.º** - A entrega das verbas objeto do presente apoio financeiro será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período.

**3.º** - A U.F. de **NOGUEIRA, FRAIÃO e LAMAÇÕES** obriga-se a executar a obra no prazo de 90 dias.

**4.º** - A U.F. de **NOGUEIRA, FRAIÃO e LAMAÇÕES** deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão;

**5.ª** - No âmbito do presente Apoio Financeiro, o **MUNICÍPIO** irá:

a) Prestar acompanhamento técnico à U.F. de **NOGUEIRA, FRAIÃO e LAMAÇÕES**

b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;

d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referentes à execução da obra, objeto da presente proposta de apoio financeiro, que serão remetidos à U.F. de **NOGUEIRA, FRAIÃO e LAMAÇÕES**

**6.ª** – No âmbito do presente Apoio Financeiro, a U.F. de **NOGUEIRA, FRAIÃO e LAMAÇÕES** fica obrigada a:

a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução, em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;

b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do presente apoio e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.

c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra, com antecedência mínima de 8 dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.

d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução, de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

7.º - Serão elaborados pela **U.F. de NOGUEIRA,FRAIÃO e LAMAÇÃES** os seguintes relatórios:

- a) Relatório *Trimestral* de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra;
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

8.º -O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

9.º - A **U.F. de NOGUEIRA,FRAIÃO e LAMAÇÃES** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar, de forma significativa, o cumprimento do objeto do presente Apoio Financeiro.

10.º - O **MUNICÍPIO** pode monitorizar a regular aplicação dos valores objeto do presente Apoio Financeiro pela **U.F. de NOGUEIRA,FRAIÃO e LAMAÇÃES**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

11.º- As determinações do **MUNICIPIO**, emitidas no âmbito da verificação do cumprimento deste Apoio Financeiro, são imediatamente aplicáveis e vinculam a **U.F. de NOGUEIRA,FRAIÃO e LAMAÇÃES**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

**12.º - A U.F. de NOGUEIRA, FRAIÃO e LAMAÇÃES** deverá juntar documentos comprovativos da sua situação tributária (emitido pelos Serviços de Finanças) e contributiva (emitida pela Segurança Social) regularizada.

Câmara Municipal de Braga  
**Ficha do Cabimento**

N.Seq.: 10654

**DELIB.: APOIO FINANC/2017**

Serviço Requiritante: 12 Div. Apoio Freguesias

Organica: 0102 Câmara Municipal

Económica: 080501020 Obras e melhoramentos nas freguesias

GOP: 04 OUTRAS FUNÇÕES

420 TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES

2017/8 Transferências de capital - Freguesias - Apoio Financeiro

**Orçamento de GOP**

Financiamento disponível: 600 000,00

Cabimentado: 515 281,43

**Saldo: 84 718,57**

Dependente de:

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		N. Seq.	Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções		Documento	Valor		

27/01/2017 4904 4 006.80

4 006,80 APOIO FINANCEIRO PARA A OBRA DE REQUALIFICAÇÃO DO MURO DO CEMITÉRIO DE LAMAÇÃES





**BRAGA**  
Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º I/49/DOP/2017

Assunto: Requalificação do Muro no Cemitério de Lamações

Freguesia: U.F. de Nogueira, Fraião e Lamações

Informação do Adjunto do Sr. Vereador

A obra em apreço está contemplada no Plano 2017 do Município, pelo que deverá merecer a aprovação e a sua delegação na Junta da União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, através de um apoio financeiro a submeter à apreciação do executivo e, consequentemente, à apreciação da Assembleia Municipal.

- A consideração superior.

24.01.2017

De remeter à DAF, D. Filomena Vieira, para elaboração da respetiva proposta de apoio financeiro.

26.01.2017

De remeter à DE para examinar e submeter à reunião do executivo.

27.01.2017

Despacho do Sr. Vereador

Obra insuñti - Plano 2017  
o consentido, deve o mesmo  
me submeter à apreciação  
do Executivo Municipal  
para conferência do objecto  
de competência exclusiva  
de contrato de apoio  
financeiro a conceder à  
U.F. de Nogueira/Fraião e  
Lamações.

João Almeida  
25 Janeiro 2017

Despacho do Sr. Presidente da Câmara

A m. de Excmo.

17.01.31

*Xano do Excmo.*

*1701-31*



## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;


Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Proponho, em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente ao princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal a atribuição de Apoio Financeiro à U.F. de **MORREIRA e TRANDEIRAS**, destinado a apoiar a execução da obra do “Arranjo Urbanístico da Poça da Bâcora - **Trandeiras**” no valor de **67.443,22€**.

O presente Apoio Financeiro rege-se pelas normas do Anexo I.

Braga, 27 de Janeiro de 2017

O Vice – Presidente da Câmara Municipal de Braga

  
(Dr. Firmino José Rodrigues Marques)

**ANEXO I – Condições de atribuição de apoio financeiro para a execução da obra  
“Arranjo Urbanístico da Poça da BÁCORA - Trandeiras”**

**1.º** - A obra será executada de acordo com os elementos aprovados pela Câmara Municipal que constam do respetivo processo administrativo.

**2.º** - A entrega das verbas objeto do presente apoio financeiro será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período.

**3.º** - A **U.F. de MORREIRA e TRANDEIRAS** obriga-se a executar a obra no prazo de 90 dias.

**4.º** - A **U.F. de MORREIRA e TRANDEIRAS** deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão;

**5.ª** - No âmbito do presente Apoio Financeiro, o **MUNICÍPIO** irá:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **U.F. de MORREIRA e TRANDEIRAS**
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referentes à execução da obra, objeto da presente proposta de apoio financeiro, que serão remetidos à **U.F. de MORREIRA e TRANDEIRAS**

**6.ª** – No âmbito do presente Apoio Financeiro, a **U.F. de MORREIRA e TRANDEIRAS** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução, em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do presente apoio e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra, com antecedência mínima de 8 dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.

d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução, de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

7.º - Serão elaborados pela **U.F. de MORREIRA e TRANDEIRAS** os seguintes relatórios:

a) Relatório *Trimestral* de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;

b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra;

c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

8.º -O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

9.º - A **U.F. de MORREIRA e TRANDEIRAS** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar, de forma significativa, o cumprimento do objeto do presente Apoio Financeiro.

10.º - O **MUNICÍPIO** pode monitorizar a regular aplicação dos valores objeto do presente Apoio Financeiro pela **U.F. de MORREIRA e TRANDEIRAS**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

11.º- As determinações do **MUNICÍPIO**, emitidas no âmbito da verificação do cumprimento deste Apoio Financeiro, são imediatamente aplicáveis e vinculam a **U.F. de MORREIRA e TRANDEIRAS**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

12.º - A **U.F. de MORREIRA e TRANDEIRAS** deverá juntar documentos comprovativos da sua situação tributária (emitido pelos Serviços de Finanças) e contributiva (emitida pela Segurança Social) regularizada.

Câmara Municipal de Braga  
**Ficha do Cabimento**

N.Seq.: 10724

**DELIB.: E/7050/BU/16/2017**

Serviço Requiritante: 12 Div. Apoio Freguesias

Organica: 0102 Câmara Municipal

Económica: 080501020 Obras e melhoramentos nas freguesias

**GOP: 04 OUTRAS FUNÇÕES**

420 TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES

2017/8 Transferências de capital - Freguesias - Apoio Financeiro

**Orçamento de GOP**

Financiamento disponível: 600 000,00

Cabimentado: 596 092,73

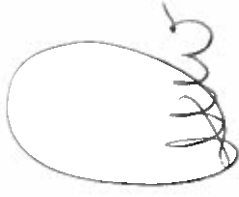
**Saldo: 3 907,27**

Dependente de:

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		N. Seq.	Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções		Documento	Valor		
30/01/2017	4979	67 443,22					67 443,22	APOIO FINANCEIRO

4979





**BRAGA**  
Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º E/7050/BU/2016

Assunto: Arranjo Urbanístico da Poça da Bâcora - Trandeiras

Freguesia: U.F. de Morreira e Trandeiras

Informação do Adjunto do Sr. Vereador

Uma vez obtido o parecer favorável da DAF e encontrando-se a obra em apelo contemplada no Plano 2017 do Município, julgo de merecer a aprovação e a sua delegação na Junta da União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, através de um apoio financeiro a submeter à apreciação do executivo e, consequentemente, à aprovação da Assembleia Municipal.

A consideração superior.

26.01.2017

De remeter à DAF, D. Filomena Vieira para elaboração da proposta de apoio financeiro respetiva.

27.01.2017

De remeter à DE para elaboração e submeter à apreciação do executivo.

30.01.2017

Despacho do Sr. Vereador

De acordo.

Outra vez visto - Plano para o ano de 2017. Para efeitos do Executivo Municipal a atribuição de um apoio financeiro à U.F. de Morreira e Trandeiras para a execução da obra - expresso, um estudo muito entusiasmado de comunitariedade local.

João Marques

26 Janeiro 2017

Despacho do Sr. Presidente da Câmara

A não do Executivo.

1701.31

A m d Excmo.

17.01.31



## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

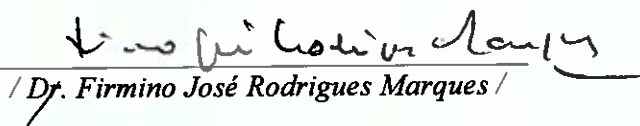
Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Proponho, em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente ao princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal a atribuição de Apoio Financeiro à **U.F.de Merelim (S. Paio), Panoias e Parada de Tibães**, destinado a apoiar a **“Obras de Conservação na Sede da Junta – Parada”**, no valor de **13.368,08€ c/IVA incluído**.

Braga, 27de Janeiro de 2017

O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Braga



/ Dr. Firmino José Rodrigues Marques /

**ANEXO I – Condições de atribuição de apoio financeiro para a execução da obra  
“Obras de Conservação na Sede da Junta – Parada”**

1.º - A obra será executada de acordo com os elementos aprovados pela Câmara Municipal que constam do respetivo processo administrativo.

2.º - A entrega das verbas objeto do presente apoio financeiro será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período.

3.º - A U.F.de Merelim (S. Paio), Panoias e Parada de Tibães obriga-se a executar a obra no prazo de 90 dias.

4.º - A U.F.de Merelim (S. Paio), Panoias e Parada de Tibães deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão;

5.ª - No âmbito do presente Apoio Financeiro, o **MUNICÍPIO** irá:

a) Prestar acompanhamento técnico à U.F.de Merelim (S. Paio), Panoias e Parada de Tibães

b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;

d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referentes à execução da obra, objeto da presente proposta de apoio financeiro, que serão remetidos à U.F.de Merelim (S. Paio), Panoias e Parada de Tibães

6.ª – No âmbito do presente Apoio Financeiro, a U.F.de Merelim (S. Paio), Panoias e Parada de Tibães fica obrigada a:

a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução, em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;

b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do presente apoio e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.

c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra, com antecedência mínima de 8 dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.

d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução, de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

**7.º - Serão elaborados pela U.F.de Merelim (S. Paio), Panoias e Parada de Tibães os seguintes relatórios:**

- a) Relatório *Trimestral* de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra;
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

**8.º -O MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

**9.º - A U.F.de Merelim (S. Paio), Panoias e Parada de Tibães** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar, de forma significativa, o cumprimento do objeto do presente Apoio Financeiro.

**10.º - O MUNICÍPIO** pode monitorizar a regular aplicação dos valores objeto do presente Apoio Financeiro pela **U.F.de Merelim (S. Paio), Panoias e Parada de Tibães**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

**11.º-** As determinações do **MUNICÍPIO**, emitidas no âmbito da verificação do cumprimento deste Apoio Financeiro, são imediatamente aplicáveis e vinculam a **U.F.de Merelim (S. Paio), Panoias e Parada de Tibães**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

**12.º - A U.F.de Merelim (S. Paio), Panoias e Parada de Tibães** deverá juntar documentos comprovativos da sua situação tributária (emitido pelos Serviços de Finanças) e contributiva (emitida pela Segurança Social) regularizada.

Câmara Municipal de Braga  
**Ficha do Cabimento**

N.Seq.: 10723

**DELIB.: PED/1651/201/2017**

Serviço Requiritante: 12 Div. Apoio Freguesias

Organica: 0102 Câmara Municipal

Económica: 080501020 Obras e melhoramentos nas freguesias

**GOP: 04 OUTRAS FUNÇÕES**

420 TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES

2017/8 Transferências de capital - Freguesias - Apoio Financeiro

**Orçamento de GOP**

Financiamento disponível: 600 000,00  
Cabimentado: 528 649,51  
**Saldo: 71 350,49**

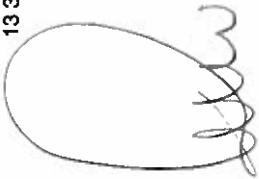
Dependente de:

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		N. Seq.	Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções		Documento	Valor		

30/01/2017 4978 13 368,08

13 368,08 APOIO FINANCEIRO







4978

Ofício n.º PED/1651/2017

Assunto: Obras de Conservação na Sede da Junta - Parada

Freguesia: U.F. de Merelim S. Paio, Panoias e Parada de Tibães

Informação do Adjunto do Sr. Vereador	Despacho do Sr. Vereador
<p>A obra em apreço está contemplada no Plano 2017 do Município, pelo que deverá merecer a aprovação e a sua delegação na junta da União de Freguesias de Merelim S. Paio, Panoias e Parada de Tibães, através de um contrato interadministrativo a submeter à apreciação de executivo e, consequentemente, à aprovação da Assembleia Municipal.</p> <p>A consideração superior.</p> <p>26.01.2017</p> 	<p>Orc. insaite — Plano Jane e ano de 2017.</p> <p>A continuação de f. de JF e Parada de Tibães deve estar este ano em dependência após aprovação do Executivo Municipal via contrato interadministrativo ou U.F. de Merelim S. Paio/ Panoias e Parada de Tibães.</p> <p>4.º no Plano</p> <p>26 janeiro 2017</p>
<p>De remeter à DAF, D. Filomena Vieira, para elaboração da proposta de apoio financeiro respetiva.</p> <p>27.01.2017</p>  <p>De remeter à DE para cabimentar e submeter à reunião do executivo municipal.</p> <p>30.01.2017</p> 	<p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara</p> <p>A ~ do Excmo.</p> <p>17.01.31</p> 

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

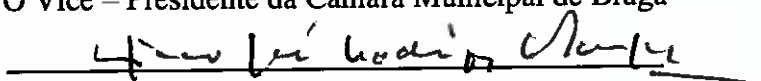
Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Proponho, em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente ao princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal a atribuição de Apoio Financeiro à **União das Freguesias de Arentim e Cunha**, destinado a apoiar a execução da obra do **“Requalificação do Parque de Estacionamento do Parque Desportivo de Cunha”** no valor de **17.490,00€**.

O presente Apoio Financeiro rege-se pelas normas do Anexo I.

Braga, 30 de Janeiro de 2017

O Vice – Presidente da Câmara Municipal de Braga

  
(Dr. Firmino José Rodrigues Marques)

**ANEXO I – Condições de atribuição de apoio financeiro para a execução da obra  
“Requalificação do Parque de Estacionamento do Parque Desportivo de Cunha”**

- 1.º - A obra será executada de acordo com os elementos aprovados pela Câmara Municipal que constam do respetivo processo administrativo.
- 2.º - A entrega das verbas objeto do presente apoio financeiro será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período.
- 3.º - A **União de Freguesias de Arentim e Cunha** obriga-se a executar a obra no prazo de 90 dias.
- 4.º - A **União de Freguesias de Arentim e Cunha** deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão;
- 5.ª - No âmbito do presente Apoio Financeiro, o **MUNICÍPIO** irá:
  - a) Prestar acompanhamento técnico à **União de Freguesias de Arentim e Cunha**
  - b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
  - d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referentes à execução da obra, objeto da presente proposta de apoio financeiro, que serão remetidos à **União de Freguesias de Arentim e Cunha**
- 6.ª – No âmbito do presente Apoio Financeiro, a **União de Freguesias de Arentim e Cunha** fica obrigada a:
  - a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução, em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
  - b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do presente apoio e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
  - c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra, com antecedência mínima de 8 dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.

d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução, de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

7.º - Serão elaborados pela **União de Freguesias de Arentim e Cunha** os seguintes relatórios:

a) Relatório *Trimestral* de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;

b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra;

c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

8.º - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

9.º - A **União de Freguesias de Arentim e Cunha** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar, de forma significativa, o cumprimento do objeto do presente Apoio Financeiro.

10.º - O **MUNICÍPIO** pode monitorizar a regular aplicação dos valores objeto do presente Apoio Financeiro pela **União de Freguesias de Arentim e Cunha**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

11.º - As determinações do **MUNICÍPIO**, emitidas no âmbito da verificação do cumprimento deste Apoio Financeiro, são imediatamente aplicáveis e vinculam a **União de Freguesias de Arentim e Cunha**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

12.º - **União de Freguesias de Arentim e Cunha** , deverá juntar documentos comprovativos da sua situação tributária (emitido pelos Serviços de Finanças) e contributiva (emitida pela Segurança Social) regularizada.

Câmara Municipal de Braga  
**Ficha do Cabimento**

N.Seq.: 10784

**DELIB.: ped/12735/16/2017**

Serviço Requiritante: 12 Div. Apoio Freguesias

Organica: 0102 Câmara Municipal

Económica: 080501020 Obras e melhoramentos nas freguesias p/delegação

**GOP: 04 OUTRAS FUNÇÕES**

420 TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES

2017/6 Transferências de capital - Freguesias - Delegação de competências

**Orçamento de GOP**

Financiamento disponível: 7 000 000,00

Cabimentado: 5 127 019,22

**Saldo: 1 872 980,78**

**Dependente de:**

**Contrato:**

Data	Nº Lanç.	Valores		N. Seq.	Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções		Documento	Valor		
31/01/2017	5050	17 490,00					17 490,00	APOIO FINANCEIRO





**BRAGA**  
Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º PED/12735/2016

Assunto: Requalificação do Parque de Estacionamento do Parque Desportivo de Cunha

Freguesia: U.F. de Arentim e Cunha

Informação do Adjunto do Sr. Vereador	Despacho do Sr. Vereador
<p>A obra em apreço inclui-se na lista de priorização da Junta de Freguesia no primeiro grupo. O seu custo, estimado pelos técnicos do Município, é de 16.500,00€ mais IVA.</p> <p>Dada a extrema necessidade da sua execução, enunciada pela autarquia local, julgo de merecer a aprovação e a sua delegação na Junta da União de Freguesias de Arentim e Cunha, através de um apoio financeiro a submeter à apreciação do executivo e, consequentemente, a aprovação da Assembleia Municipal.</p> <p>A consideração superior.</p> <p>30.01.2017</p> <p><i>[Signature]</i></p>	<p>Opinão e vontade de intervenção nas imediações do Parque Desportivo de Cunha e elevados custos pelas freguesias municipais e de Jofre é válido de submeter ao executivo e ao Conselho Municipal para efeitos de aprovação do executivo municipal para efeitos de cada financiamento (uma vez que a execução se refere a obra).</p> <p>4 de Junho 30 Janeiro 2017</p>
<p>De remeter à DAF, D. Filomena Vieira, para elaboração da respetiva proposta de apoio financeiro.</p> <p>30.01.2017</p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>De remeter à DE para calibramento e remeter à reunião do executivo.</p> <p>30.01.2017</p> <p><i>[Signature]</i></p>	<p>A m d Ex.ª Sr.ª</p> <p>201-31</p> <p><i>[Signature]</i></p>

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

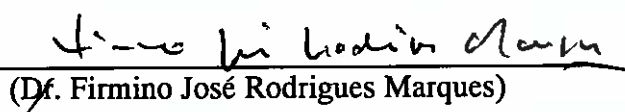
Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Proponho, em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente ao princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal a atribuição de Apoio Financeiro à **Junta da União de Freguesias de Cabreiros e Passos S. Julião**, destinado a apoiar a execução da obra do “**Construção de Rampa no Cemitério de Cabreiros**” no valor de **33.088,62€, (C/IVA incluído)**.

O presente Apoio Financeiro rege-se pelas normas do Anexo I.

Braga, 30 de Janeiro de 2017

Vice – Presidente da Câmara Municipal de Braga

  
(Df. Firmino José Rodrigues Marques)

**ANEXO I – Condições de atribuição de apoio financeiro para a execução da obra  
“Construção de Rampa no Cemitério de Cabreiros”**

**1.º**- A obra será executada de acordo com os elementos aprovados pela Câmara Municipal que constam do respetivo processo administrativo.

**2.º** - A entrega das verbas objeto do presente apoio financeiro será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período.

**3.º** - A **Junta da União de Freguesias de Cabreiros e Passos de S. Julião** obriga-se a executar a obra no prazo de 90 dias.

**4.º** - A **Junta da União de Freguesias de Cabreiros e Passos de S. Julião** deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão;

**5.ª** - No âmbito do presente Apoio Financeiro, o **MUNICÍPIO** irá:

- a)** Prestar acompanhamento técnico à **Junta da União de Freguesias de Cabreiros e Passos de S. Julião**
- b)** Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d)** Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referentes à execução da obra, objeto da presente proposta de apoio financeiro, que serão remetidos à **Junta da União de Freguesias de Cabreiros e Passos de S. Julião**

**6.ª** – No âmbito do presente Apoio Financeiro, a **Junta da União de Freguesias de Cabreiros e Passos de S. Julião** fica obrigada a:

- a)** Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução, em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b)** Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do presente apoio e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.

c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra, com antecedência mínima de 8 dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.

d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução, de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

**7.º** - Serão elaborados pela **Junta da União de Freguesias de Cabreiros e Passos de S. Julião** os seguintes relatórios:

a) Relatório *Trimestral* de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;

b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra;

c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

**8.º** -O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

**9.º** - A **Junta da União de Freguesias de Cabreiros e Passos de S. Julião** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar, de forma significativa, o cumprimento do objeto do presente Apoio Financeiro.

**10.º** - O **MUNICÍPIO** pode monitorizar a regular aplicação dos valores objeto do presente Apoio Financeiro pela **Junta da União de Freguesias de Cabreiros e Passos de S. Julião** mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

**11.º**- As determinações do **MUNICIPIO**, emitidas no âmbito da verificação do cumprimento deste Apoio Financeiro, são imediatamente aplicáveis e vinculam a **Junta da União de Freguesias de Cabreiros e Passos de S. Julião**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

**12.º - A Junta da União de Freguesias de Cabreiros e Passos de S. Julião** deverá juntar documentos comprovativos da sua situação tributária (emitido pelos Serviços de Finanças) e contributiva (emitida pela Segurança Social) regularizada.

Câmara Municipal de Braga

Ficha do Cabimento

N.Seq.: 10786

DELIB.: E/7044/BU/16/2017

Serviço Requiritante: 12 Div. Apoio Freguesias

Organica: 0102 Câmara Municipal

Económica: 080501020 Obras e melhoramentos nas freguesias p/delegação

GOP: 04 OUTRAS FUNÇÕES

420 TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES

2017/6 Transferências de capital - Freguesias - Delegação de competências

Orçamento de GOP

Financiamento disponível: 7 000 000,00

Cabimentado: 5 172 602,27

Saldo: 1 827 397,73

Dependente de:

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		N. Seq.	Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções		Documento	Valor		
31/01/2017	5054	33 088,62					33 088,62	APOIO FINANCEIRO



**BRAGA**  
Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º E/7044/BU/2016

Assunto: Construção de Rampa no Cemitério de Cabreiros

Freguesia: U.F. de Cabreiros e Passos S. Julião

Informação do Adjunto do Sr. Vereador

A obra em apreço está contemplada no Plano 2017 do Município e a sua necessidade, tal como é proposta, foi constatada "in loco" pelo Sr. Vice-Presidente e eu próprio, pelo que deverá merecer a aprovação e a sua delegação na Junta da União de Freguesias de Cabreiros e Passos S. Julião, através de um apoio financeiro a ser apreciado pelo executivo e, consequentemente, aprovado pela Assembleia Municipal.

A consideração superior.

27.01.2017

De remeter à DAF, D. Filomena Vieira, para elaboração da respetiva proposta de apoio financeiro.

30.01.2017

De remeter à DE para calibrar e submeter à apreciação do executivo.

30.01.2017

Despacho do Sr. Vereador

Dei como proposta de tri-efectuar visita ao local com o Senhor Presidente da U.F. de Cabreiros/Passos S. Julião de modo a verificar "in loco" a necessidade de alteração proposta e tempo de ligação entre a parte superior (antiga) e inferior do Cemitério de Cabreiros e estabelecer o melhoramento previsto para aquele equipamento. Esta decisão merece a validação do Senhor Presidente da C.M. Braga para posteriormente se submeter à apreciação do Executivo Municipal e nos termos e termos do estatuto local de um contrato intramunicipal.

Atmos de 27 Jan 2017

Despacho do Sr. Presidente da Câmara

A no do Excmo

1701.31

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

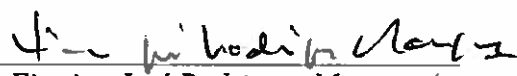
Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Proponho, em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente ao princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal a atribuição de Apoio Financeiro à **Junta de Freguesias de Gualtar** destinado a apoiar a execução da obra, **Queda de Muro do Cemitério**, no valor de **12.494,43€** (*doze mil quatrocentos e noventa e quatro euros e quarenta e três cêntimos*) c/IVA incluído.

O presente Apoio Financeiro rege-se pelas normas do Anexo I.

Braga 30 de Janeiro de 2017

O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Braga

  
/ Dr. Firmino José Rodrigues Marques /

**ANEXO I - Condições de atribuição de apoio financeiro para a execução da obra  
“Queda de Muro do Cemitério”**

**1.º** - A obra será executada de acordo com os elementos aprovados pela Câmara Municipal que constam do respetivo processo administrativo.

**2.º** - A entrega das verbas objeto do presente apoio financeiro será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período.

**3.º** - A **Junta de Freguesias de Gualtar** obriga-se a executar a obra no prazo de 90 dias.

**4.º** - A **Junta de Freguesias de Gualtar** deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão;

**5.ª** - No âmbito do presente Apoio Financeiro, o **MUNICÍPIO** irá:

a) Prestar acompanhamento técnico à **Junta de Freguesias de Gualtar**

b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;

d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal, referentes à execução da obra objeto da presente proposta de apoio financeiro, que serão remetidos à **Junta de Freguesias de Gualtar**.

**6.ª** – No âmbito do presente Apoio Financeiro, a **Junta de Freguesias de Gualtar** fica obrigada a:

a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução, em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;

b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do presente apoio e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.

c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra, com antecedência mínima de 8 dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.

d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da mesma, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no

local de execução, de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

**7.º** - Serão elaborados pela **Junta de Freguesias de Gualtar** os seguintes relatórios:

- a) Relatório *Trimestral* de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra;
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

**8.º** - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

**9.º** - A **Junta de Freguesias de Gualtar** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar, de forma significativa, o cumprimento do objeto do presente Apoio Financeiro.

**10.º** - O **MUNICÍPIO** pode monitorizar a regular aplicação dos valores objeto do presente Apoio Financeiro pela **Junta de Freguesias de Gualtar**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

**11.º**- As determinações do **MUNICÍPIO**, emitidas no âmbito da verificação do cumprimento deste Apoio Financeiro, são imediatamente aplicáveis e vinculam a **Junta de Freguesias de Gualtar** devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

**12.º** - A **Junta de Freguesias de Gualtar** deverá juntar documentos comprovativos da sua situação tributária (emitido pelos Serviços de Finanças) e contributiva (emitido pela Segurança Social) regularizadas.

Câmara Municipal de Braga  
**Ficha do Cabimento**

**DELIB.: PED/15687/16/2017**

**Serviço Requiritante:** 12 Div. Apoio Freguesias

**Organica:** 0102 Câmara Municipal

**Económica:** 080501020 Obras e melhoramentos nas freguesias p/delegação

**GOP:** 04 OUTRAS FUNÇÕES

420 TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES

2017/6 Transferências de capital - Freguesias - Delegação de competências

**N.Seq.: 10785**

**Orçamento de GOP**

Financiamento disponível: 7 000 000,00

Cabimentado: 5 139 513,65

**Saldo: 1 860 486,35**

**Dependente de:**

**Contrato:**

Data	Nº Lanç.	Valores		N. Seq.	Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções		Documento	Valor		
31/01/2017	5053	12 494,43					12 494,43	APOIO FINANCEIRO





**BRAGA**  
Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º PED/1568/2016

PED/1568P/2016

Assunto: Queda de Muro do Cemitério

Freguesia: Junta de Freguesia de Gualtar

Informação do Adjunto do Sr. Vereador

Tendo a junta de freguesia de Gualtar solicitado, justificadamente, que a obra em apreço lhe fosse delegada, julgo que tal desiderato deverá ser aceite, através da atribuição de um apoio financeiro a submeter à apreciação do executivo e, consequentemente, à aprovação da Assembleia Municipal.

À consideração superior.

27.01.2017

De remeter à DAF, D. Filomena Vieira, para elaboração da respetiva proposta de apoio financeiro.

30.01.2017

De remeter à DE para calibrar e submeter à apreciação do executivo.

30.01.2017

Despacho do Sr. Vereador

Atendendo ao facto de solicitarem a execução pela JF Gualtar e a necessidade urgente de executar <sup>as obras</sup> o muro caído no cemitério local, pode fazer-se o orçamento calculado. A obra repete-se executada pela JF local através de concessão de um apoio financeiro a ser submetido à apreciação do Executivo Municipal.

João Soares  
27 janeiro 2017

Despacho do Sr. Presidente da Câmara

À JF de Gualtar  
1701-31